

AMMP NOTÍCIAS

ASSOCIAÇÃO PROMOVE CURSO DE PROCESSO COLETIVO E PRECEDENTES JUDICIAIS



Bárbara Peixoto

Mais um curso de atualização foi promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) nos dias 13 e 14 de julho. Desta vez em parceria com o Ceaf e Fesmp, foi "Processo Coletivo e Precedentes Judiciais", ministrado pelo professor Antônio Gidi. Dentre os temas abordados: Direito Processual Coletivo Comparado, Direito Processual Coletivo Brasileiro, Direito Processual Civil Comparado, Precedentes Judiciais e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. PG 03

MP SE MANIFESTA CONTRA REZONEAMENTO ELEITORAL EM AUDIÊNCIA PÚBLICA BH

Em audiência pública no dia 14 de julho, o promotor de Justiça Edson de Resende Castro, da Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais, fez manifestação oral contra o rezoneamento eleitoral imposto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio da Resolução TSE nº 23.520/201. A audiência foi realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral, em Belo Horizonte. Segundo Edson de Resende Castro, da

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais, a Justiça Eleitoral, "que é a garantidora do regime democrático, tem que se aproximar do cidadão e não se distanciar dele". Foram feitas mais 22 manifestações orais por pessoas físicas e representantes de outras instituições. Entre os presentes estavam o presidente da Associação Mineira do Ministério Público, José Silvério Perdigão de Oliveira. PGS 06 E 07

E MAIS...



Felipe Jávare

Tatagiba vai correr em Berlim e elogia tenda da AMMP

Fisioterapia, massagem, água fresca, proteína, frutas e profissionalismo é o que a AMMP oferece a seus atletas em eventos de rua. A tenda é sempre montada em local de fácil localização e garante conforto a corredores e maratonistas. O promotor de Justiça Glauber Tatagiba, um dos atletas da AMMP que usufruiu desse serviço nas corridas de rua, só tem elogios. Tatagiba se prepara agora para a Maratona de Berlim.

AOS ASSOCIADOS,

A Associação Mineira do Ministério Público continua promovendo seus cursos e encontros, permanecendo sempre atenta às movimentações no Congresso Nacional. Em virtude do recesso no Poder Legislativo, os projetos de lei em tramitação não receberam relevantes encaminhamentos.

No âmbito interno, o projeto de lei que permite a contratação de servidores por recrutamento amplo para funções estritamente de assessoramento, conforme estabelece o texto constitucional, foi devidamente sancionado pelo governador do Estado.

Agora, em agosto, com a retomada dos trabalhos legislativos, a AMMP estará permanentemente em Brasília, a fim de evitar a perda de nossas prerrogativas, conquistadas com muito sacrifício.

A fim de incentivar o encontro entre os colegas, a AMMP tem feito, desde o início de nossa gestão, um CHÁ DAS TRÊS mensal entre os aposentados e pensionistas, sempre à primeira terça-feira de cada mês. Esses congraçamentos são muito importantes para lembrar bons causos, rever grandes amigos e partilhar do cotidiano da vida associativa. Reiteramos o convite a todos.

A DIRETORIA



Chá das 3 do dia 1º de agosto. Aposentados e pensionistas reúnem-se na primeira terça-feira de cada mês



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é
uma publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

Presidente:

José Silvério
Perdigão de Oliveira

1º vice-presidente:

Enéias Xavier Gomes

2º vice-presidente:

Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:

Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:

Fabiano Mendes Cardoso

1º diretor administrativo:

Francisco Chaves Generoso

2º diretor administrativo:

Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:

2º diretor financeiro:

Eduardo Francisco
Lovato Bianco

**Responsáveis
pela edição**

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação

Edições Geraes Ltda.

Tiragem

1.000 exemplares

ASSOCIAÇÃO PROMOVE O CURSO DE PROCESSO COLETIVO E PRECEDENTES JUDICIAIS

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmp) e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), promoveu o Curso de Processo Coletivo e Precedentes Judiciais nos dias 13 e 14 de julho. Dirigido a membros do Ministério Público e alunos da Fesmp, o curso foi ministrado pelo professor Antônio Gidi.

Gidi foi recebido pelo promotor de Justiça Gregório Assagra de Almeida. Eles são parceiros em pesquisa na Syracuse University, New York, Estados Unidos. Segundo Assagra, Antônio Gidi é um dos raros exemplos de professor brasileiro de Direito em universidades norte-americanas. Gidi é professor assistente da University of Syracuse College of Law.



Barbara Peixoto

Professor Antônio Gidi, da University of Syracuse

QUEM SÃO

O professor Antônio Gidi é graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1990), Mestre em Direito pela PUC/SP (1993), Doutor em Direito pela University of Pennsylvania Law School, Philadelphia, S.J.D (2001) e Doutor em Direito pela PUC/SP (2003).

O promotor de Justiça Gregório Assagra é Mestre em Direito Processual Civil, Doutor em Direito Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e pós-Doutor pela Syracuse University, New York.

A parceria entre Assagra e Gidi aproximou a Syracuse University do Ministério Público de Minas Gerais, o que tem rendido cursos, como esse, pesquisas e intercâmbios.

O CURSO

Durante os dois dias de curso, Gidi abordou assuntos como: Direito Processual Coletivo Comparado, Direito Processual Coletivo Brasileiro, Direito Processual Civil Comparado, Precedentes Judiciais e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

A apresentação dos objetivos da tutela coletiva: econômica processual, acesso à justiça e efetivação do direito material e a Ação Civil Pública no Brasil e nos Estados Unidos deram o tom do curso. Dife-

rentemente do Brasil, disse Gidi, o processo nos EUA é todo baseado em acordos. Isso porque, segundo ele, a advocacia naquele país é muito cara e tudo obedece à lógica de mercado, não existindo direitos difusos como no Brasil. Lá o Estado não é assistencialista, não provê nada".

Gidi apresentou uma breve história da codificação processual coletiva, seus trabalhos antes na Itália e sua expectativa quanto ao de-

envolvimento do Sistema de Justiça brasileiro, o que passará, certamente, por mudanças nas instituições.

GRANDE DEFENSOR

De 1988 para cá, "o MP se reinventou e é hoje o grande defensor dos direitos difusos", destacou, mas espera chegar o dia "em que a própria sociedade, com todas as instituições funcionando normalmente, há de defender por si mesma seus direitos".

Dictum
Instituto de gestão e pericia

Especializado na assessoria técnica em processos judiciais e extrajudiciais

(31) 3282-5374 | dictuminstituto.com.br



XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

27 A 29
SETEMBRO
BELO HORIZONTE



AMMP
ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público, apoiamos a realização do XXII Congresso Nacional do Ministério Público



MINISTROS DOS STF FARÃO PALESTRAS SOBRE JURISPRUDÊNCIAS NO XXII CONGRESSO NACIONAL

Mais de 1500 membros do MP brasileiro e autoridades vão se reunir em Belo Horizonte

“Direitos fundamentais, questões penais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal” é o tema da palestra magna do XXII Congresso Nacional do Ministério Público a ser feita pelo ministro Luís Carlos Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), na noite do dia 27 de setembro, na Sala Minas Gerais.

O fechamento será feito pelo ministro Luiz Fux, também do STF, com a palestra “30 anos da Constituição Federal: o Ministério Público na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”.

Até o fechamento desta edição, estavam inscritas 69 teses, o que é um recorde. Estima-se a participação de mais

de 1500 membros do Ministério Público brasileiro, acompanhantes e outras autoridades, de 27 a 29 de setembro.

Reuniões, debates dos grupos setoriais e plenária serão realizadas nos dias 28 e 29 no Hotel Mercure - Lourdes, onde acontecerá também, nesses dias, encontro de *food trucks*.

PALESTRAS NÃO JURÍDICAS

Serão ministradas três palestras não juristas. A primeira, no dia 28 de setembro, às 14 horas, será feita pela neurocientista Cláudia Feitosa Santa sobre “Neurociência aplicada ao Direito”. Cláudia é pós-doutora em Neurociências Integradas pela University of Chicago;

Doutora em Neurociências e Comportamento pelo NEC/USP e Mestre em Psicologia Experimental pelo IP/USP.

A segunda palestra não jurídica nesse mesmo dia, às 16 horas, será ministrada pelo filósofo Luiz Felipe Pondé, sobre “Realizações pessoais no mun-

do contemporâneo”. Pondé é Doutor em Filosofia pela USP e pós-Doutor pela Universidade de Tel Aviv.

NIETZSCHE

O professor Clóvis de Barros, Mestre e Doutor em Ciência Política, falará sobre

a “Percepção da vida sob a ótica de Nietzsche”, no dia 29, às 13h30.

O congresso é uma realização da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

PROGRAMAÇÃO

09/2017 QUARTA-FEIRA

9h às 17h	Reuniões
	Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil Conamp
Local:	Centro de Convenções Hotel Mercure-Lourdes Avenida do Contorno, 7315 - Lourdes, BH
21h	Palestra de abertura
	Direitos fundamentais, questões penais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal Dr. Luís Roberto Barroso Ministro do Supremo Tribunal Federal
Local:	Sala Minas Gerais Rua Tenente Brito Melo, 1090 - Barro Preto, BH
22h	Festa de abertura
	Bandas off White e LP3
Local:	Buffet Catharina Av. Raja Gabáglia, 3080 – Estoril, BH

28/09/2017 QUINTA-FEIRA

9h	Apresentação de teses
10h	Grupo de Trabalho Setorial
	<i>A função constitucional do Conselho Nacional do Ministério Público diante dos princípios institucionais do Ministério Público – autonomia administrativa e independência funcional</i> Henrique da Rosa Ziesemer - Promotor de Justiça de Santa Catarina
10h	Grupo de Trabalho Setorial
	<i>O Ministério Público de Contas e sua contribuição para o aprimoramento da gestão pública</i> 1. Experiências e resultados da parceria MPC/MG e MPMG Daniel de Carvalho Guimarães - Procurador-geral do MPC/MG 2. Perspectivas para a prevenção e combate à corrupção nas contratações públicas Elke Andrade Soares de Moura - Subprocuradora-geral do MPC/MG 3. Análise da qualidade da educação pelo MPC Cristina Andrade Melo - Procuradora do MPC/MG
11h	Reunião com aposentados
12h	Intervalo para almoço
14h	Palestra
	<i>Neurociência aplicada ao Direito</i> Cláudia Feitosa Santana - Neurocientista



29/09/2017 SEXTA-FEIRA

14h Palestra

Os novos confins entre a responsabilidade civil e criminal
Nelson Rosenvald - Procurador de Justiça de Minas Gerais

14h Grupo de Trabalho Setorial

Direito penal mínimo x Proibição de proteção deficiente
Leonardo Giardin de Souza - Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul

14h Grupo de Trabalho Setorial

Atuação do Ministério Público na educação: experiências exitosas
Copeduc - Comissão Permanente de Educação

1. Ministério Público pela Educação (MPEDUC)
Maria Cristina Manella Cordeiro - Procuradora da República
2. Correção de irregularidades na prestação dos serviços educacionais em redes municipais de ensino (MPMG)
Dra. Daniela Yokoyama - Promotora de Justiça de Minas Gerais
Daniel Librelon Pimenta - Promotor de Justiça de Minas Gerais
3. Ministério Público e empreendedorismo: parceria com o Sebrae
 - a) Planejamento e Gestão de Promotoria de Justiça
 - b) Governança compartilhada em políticas públicas**Daniel dos Santos Rodrigues** - Promotor de Justiça de Minas Gerais

15h30 Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais

Luiz Carlos Abritta
Procurador de Justiça e presidente da Alemp-MG

16h Palestra

Realizações pessoais no mundo contemporâneo
Prof. Luiz Felipe Pondé
Filósofo

16h Palestra

Promotor do Júri
Edilson Mougenot Bonfim
Procurador de Justiça de São Paulo

16h Grupo de Trabalho Setorial

A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e seu real significado para a implantação de direitos humanos

Maria Aparecida Gurgel - Subprocuradora-geral do Trabalho
Rebecca Monte Nunes Bezerra - Promotora de Justiça do Rio Grande do Norte
Presidente do Grupo:
Fabio George - Conselheiro do CNMP

16h Grupo de Trabalho Setorial

Mesa-Redonda - Meio Ambiente

Local: Centro de Convenções Hotel Mercure Lourdes
Av. do Contorno, 7315 - Lourdes, Belo Horizonte

17h Encontro de Food Trucks

*Alimentos e bebidas não estão inclusos

Local: Centro de Convenções Hotel Mercure Lourdes
Av. do Contorno, 7315 - Lourdes, Belo Horizonte

9h Palestra

Investigações Históricas e Complexas - estratégias comuns do historiador e do promotor de Justiça para o descobrimento da verdade
Marcos Paulo de Souza Miranda - Promotor de Justiça /MG

9h Grupo de Trabalho Setorial

Procon
Atividades da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor

9h às 17h

9h Grupo de Trabalho Setorial

Ministério Público Restaurativo: as experiências do Ministério Público e a Justiça Restaurativa
Dra. Danielle de Guimarães Germano Arlé - Promotora de Justiça de Minas Gerais

10h30 Palestra

Negócios jurídicos processuais e sua celebração pelo Ministério Público
Dr. Antonio do Passo Cabral - Procurador da República

10h30 Grupo de Trabalho Setorial

Projeto Semear - Enfrentamento ao álcool, crack e outras drogas no âmbito do Ministério Público Paranaense
Cristina Corso Ruaro - Promotora de Justiça do Paraná

10h30 Grupo de Trabalho Setorial

O processo administrativo de defesa do consumidor
Amauri Artimos da Matta - Promotor de Justiça MG e Coordenador do Procon/MG

10h30 Grupo de Trabalho Setorial

Atuação do Ministério Público nos Tribunais: a construção da Recomendação CNMP nº 57/2017
Cláudio Henrique Portela do Rego - Promotor de Justiça DFT ex-corregedor nacional do MP
Afonso Henrique de Miranda - Procurador de Justiça/MG
Antônio Sérgio Rocha de Paula - Procurador de Justiça/MG
Elton Venturini - Procurador Regional da República SP
Gregório Assagra de Almeida - Promotor de Justiça /MG
Lena Daher - Promotora de Justiça DFT

10h30 Grupo de Trabalho Setorial

- Regras de Compliance no mundo corporativo*
1. Lei anticorrupção empresarial e proibição de empresas privadas
Fábio Medina Osório - advogado e Doutor em Direito Administrativo

11h30 Plenária

12h30 Intervalo para almoço

13h30 Palestra

Percepção da vida sob a ótica de Nietzsche
Prof. Clóvis de Barros - Doutor em Ciências da Comunicação

14h30 Palestra

Como responsabilizar criminalmente altos funcionários de uma empresa
Luiz Greco - Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Penal Econômico na Faculdade de Direito na Universidade de Augsburg

16h Palestra de encerramento

30 anos da Constituição Federal: o Ministério Público na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
Luiz Fux - Ministro do Supremo Tribunal Federal

Local Centro de Convenções Hotel Mercure-Lourdes
Avenida do Contorno, 7315 - Lourdes, Belo Horizonte

22h Festa de encerramento

Show Jota Quest

Local: Mix Garden
Rua Projetada, 65 - Jardim Canada, Nova Lima

EDSON DE RESENDE FAZ MANIFESTAÇÃO ORAL EM BH CONTRA O REZONEAMENTO ELEITORAL

Foram feitas outras 22 por pessoas físicas e representantes de instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prefeituras e câmaras de vereadores.

O presidente da AMMP, José Silvério Perdigão, acompanhou, na manhã do dia 14 de julho, audiência pública para ouvir todos os interessados no rezoneamento eleitoral determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio da Resolução TSE nº 23.520/2017 na sede do Tribunal Regional Eleitoral, em Belo Horizonte. A manifestação do Ministério Público foi feita pelo promotor de Justiça Edson de Resende Castro, da Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais, que falou sobre a importância da Justiça Eleitoral, “que é a garantidora do regime democrático e tem que se aproximar do cidadão e não se distanciar dele”.

Foram feitas outras 22 manifestações orais por pessoas físicas e representantes de outras instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prefeituras e câmaras de vereadores.

Segundo o presidente do TRE-MG, desembargador Edgard Penna Amorim, aquele era um momento para os interessados no assunto exporem democraticamente suas razões, permitindo que se conheça as expectativas dos que poderão ser afetados pelo rezoneamento.

A audiência foi conduzida pelo juiz auxiliar da presidência e presidente do Grupo de Trabalho do Rezoneamento, Luiz Fernando Benfatti. Além dele, compuseram a mesa diretora dos trabalhos a juíza Roberta Fonseca, auxiliar da Corregedoria Eleitoral, o di-



Edson de Resende, Maurício Torres e José Perdigão

retor-geral do TRE, Adriano Denardi, e a assessora da Presidência Cláudia Matozinhos.

Dentre outros, estavam presentes o presidente da Associação Mineira do Ministério Público, José Silvério Perdigão de Oliveira; o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Maurício Torres; o presidente da OAB/MG, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves; e o representante do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Minas Gerais (Sitraemg), Fernando Guetti.

Um grupo de trabalho foi criado para analisar todas as

sugestões recebidas e elaborar uma proposta à Presidência do TRE para a execução do rezoneamento em Minas Gerais. O TRE encaminhará sua proposta ao TSE até o dia 18 de agosto.

IMPOSIÇÃO

Segundo Edson de Resende, a Resolução 23.520/2017, do TSE, ao impor às zonas eleitorais já existentes a necessidade de preencherem, dezenas de anos depois de sua criação, os requisitos que só agora são feitos para a criação de novas zonas eleitorais, acaba por promover uma total reorganização da Justiça Eleitoral no Brasil.

É como se o TSE estivesse refundando a Justiça Eleitoral, na medida em que impõe novas exigências para criação de zonas eleitorais e retroage essas exigências àquelas zonas eleitorais legitimamente instaladas no passado, em outro ambiente e sob outras regras. “Porque as exigências são muito mais rigorosas, a dita resolução tem como efeito a extinção de centenas ou milhares de zonas eleitorais em todo o país. Daí que a matéria não podia ser veiculada em resolução, que é ato normativo secundário, ou seja, regulamentador. E a CF diz que lei complementar disporá sobre a organização e competência da Justiça Eleitoral”, destaca o promotor de Justiça.

CONAMP QUESTIONA A MUDANÇA NO SUPREMO

Esse posicionamento havia sido reafirmado em reunião do conselho deliberativo. Devido à semelhança temática a ação está sob a mesma relatoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5730.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 26 de junho, ingressou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 471) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a suspensão das resoluções nº 23.512 e nº 23.522, além da Portaria nº 207, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse

posicionamento já havia sido reafirmado em reunião do conselho deliberativo. Devido à semelhança temática, a ação está sob a mesma relatoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5730, de autoria da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), o ministro Celso de Mello.

Para a Conamp, além do retrocesso, as decisões do TSE

são ilegais. Conforme exposto, a redução de zonas eleitorais em todo o país trará graves prejuízos à jurisdição eleitoral, afetando, principalmente, o eleitor, usuário dos serviços judiciários eleitorais, uma vez que o cidadão terá de percorrer, em muitos casos, maiores distâncias para conseguir atendimento da Justiça Eleitoral, inclusive para exercer

sua obrigação de votar.

Reduzir as zonas eleitorais significa ainda, explica a Conamp, diminuir o número de juizes e membros do Ministério Público – o que dificultará a fiscalização de fraudes e corrupção do processo eleitoral, implicando ofensa ao princípio do Estado Democrático de Direito, que é a expressão da vontade popular.

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DEBATE AS NORMAS IMPOSTAS

A diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) participou de reunião do conselho deliberativo da Conamp em 12 de julho, em Brasília, na qual, dentre os vários temas de interesse dos membros do Ministério Público, foram debatidas mudanças impostas pelo TSE sobre o zoneamento eleitoral. Em 4 de julho, a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, e tesoureiro Marcelo Oliveira reuniram-se com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira. Desde maio e durante todo o mês de junho, integrantes do conselho deliberativo da Conamp e da Frente

Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) debateram e trabalharam contra as mudanças.

Compõem a Frente além da Conamp, a Associação na-

cional dos Procuradores da República (ANPR), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Traba-

lho (Anamatra), Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANNPM), Associação dos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), e Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis DF), entidades de classe de âmbito nacional que congregam mais de 40 mil juizes e membros do Ministério Público em todo o país.

Divulgação



Reunião da Conamp em que se discutiu também o assunto

ALTERAÇÕES NAS CAPITALS FORAM APROVADAS ANTES

No dia 16 de março, o Plenário do TSE aprovou, por unanimidade, três alterações em outro texto (Resolução nº 23.422/2014), que trata da criação e instalação de zonas eleitorais. Pela proposta, iniciando pelas capitais dos estados, cada zona eleitoral terá no mínimo 100 mil e no máximo 200 mil eleitores.

Com a aprovação das alterações na resolução e a consequente extinção de 72 zonas eleitorais em 16 capitais, a Justiça Eleitoral estima obter economia de mais de R\$ 1 milhão por mês e cerca de R\$ 13 milhões ao ano.

Atualmente, das 3.036 zonas eleitorais com eleitores aptos, 761 cuidam de apenas parte dos 236 municípios com mais

de uma zona eleitoral; 618 são responsáveis por apenas uma cidade; uma zona cuida dos eleitores que moram no exterior; e as outras 1.656 se ocupam dos demais 4.714 municípios do país. Isso representa uma média de cerca de três cidades para cada uma dessas zonas eleitorais.

A relatora da proposta, ministra Luciana Lóssio, que não integra mais a Corte, comunicou que, no final de 2016, consultou os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para que prestassem informações sobre o assunto. Informou que, feitos novos estudos sobre o impacto da criação e do zoneamento eleitoral, a Assessoria de Gestão Estratégica do TSE preparou um levantamento estatístico sobre a questão.

A RESOLUÇÃO

A resolução foi aprovada em sessão administrativa do dia 1º de março pelo plenário do TSE, ampliando o remanejamento e a extinção de zonas eleitorais no interior dos estados em todo o país. A medida já está em andamento nas capitais, devendo ser excluídas, pelo menos, 72 zonas eleitorais.

Segundo a resolução, o município que tiver mais de uma zona eleitoral só poderá manter as duas caso o número de eleitores seja maior que 70 mil por zona eleitoral.

A norma também prevê que os eleitores das zonas eleitorais extintas deverão ser redistribuídos para as zonas eleitorais cuja localização privilegie o acesso dos eleitores, preferencialmente sem alterações em seus locais de votação.



PARANAENSE CONTA COMO É FAZER A DIFERENÇA E TRABALHAR EM MSF

A farmacêutica e bioquímica Francelise Bridi Cavassin, do Paraná, é Pharmacist at Médecins sans Frontières/Doctors without Borders. Pós-graduada em Farmacologia e em Administração Hospitalar, Mestre em Microbiologia, Parasitologia e Patologia, docente da Faculdade Pequeno Príncipe, trabalhou em projetos médicos de MSF em Serra Leoa (um ano), Índia (sete meses) e Iraque (cinco semanas). Em entrevista exclusiva para o *AMMPNOTÍCIAS*, Francelise conta um pouco de sua experiência no front e como se pode ajudar essa organização humanitária, seja com doação, seja oferecendo seu trabalho e especialização, onde quase ninguém vai.

Quem quiser conhecer mais MSF, deve visitar o site www.msf.org.br. Para doar, a partir de R\$ 32 (R\$ 1,06 por dia - o que equivale ao alimento terapêutico para 14 crianças desnutridas por dia), vá direto em <https://www.msf.org.br/doador-sem-fronteiras>.

Existe limite de idade para integrar uma equipe do MPSF?

Não. Médicos Sem Fronteiras busca pessoas que estejam saudáveis, tanto física quanto psicologicamente. Como as condições de vida e de trabalho em nossos projetos podem ser muito básicas, além de implicarem uma certa dose de estresse, é necessário que todos os profissionais selecionados realizem uma consulta médica e forneçam atestados assegurando boas condições para o tipo de trabalho que realizamos.

Quais profissionais podem aderir?

MSF seleciona, principalmente, profissionais formados na área de saúde, incluindo médicos, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos. Fora da área de saúde, contamos com profissionais de administração, finanças, logística e antropologia, entre outros. Em todos os casos, as exigências são as mesmas. Os candidatos precisam ter, no mínimo, dois anos

de experiência profissional, falar fluentemente inglês e/ou francês e ter disponibilidade para trabalhar com Médicos Sem Fronteiras por pelo menos um ano.

Como se faz a adesão/inscrição no Brasil? A pessoa inscrita deve aguardar para ser chamada ou pode escolher a data de início e término de sua participação em atividade em país específico?

Quem estiver interessado em trabalhar com Médicos Sem Fronteiras deve acessar o website www.msf.org.br - para se familiarizar com a organização e o tipo de trabalho que realizamos. Em seguida, deve verificar os critérios de seleção. Se a pessoa preencher todos os critérios, é só seguir as instruções do site para enviar a candidatura. A seleção começa com a avaliação do currículo e da carta de motivação do candidato. Em seguida, a pessoa será contatada por telefone ou Skype para uma pré-entrevista. Se aprovada, será convidada a participar de um Dia de Recrutamento, com entrevistas e exercícios individuais. A decisão sobre a seleção dos candidatos acontece em seguida. Todo o processo de seleção é feito no Brasil.

O profissional pode escolher o país e local para onde irá?

Não, o profissional não se candidata para uma vaga determinada em um país específico. Se ele for selecionado, passa a integrar nosso quadro de profissionais internacionais.

Com é feita essa escolha?

A escolha é feita de acordo com as necessidades dos pro-

jetos e com o perfil profissional do candidato aprovado.

O que você é? Como foi seu caso para a primeira participação? E as seguintes? Para onde você foi? Qual é sua atividade?

Eu sou farmacêutica, pós-graduada em farmacologia e administração hospitalar e mestre em doenças tropicais. Me candidatei duas vezes antes de ser selecionada para participar do processo de recrutamento. Fui aprovada em dezembro de 2011 e em janeiro de 2012 já fui chamada para participar de meu primeiro projeto, na Índia. Foram 7 meses em um hospital geral com foco em tuberculose e HIV. Quando voltei, fiquei no aguardo de me chamarem novamente. Trabalhei em Serra Leoa na segunda vez, por um ano, em um hospital pediátrico de 200 leitos. O projeto era voltado para malária, desnutrição infantil e doenças infecciosas. O último projeto foi no Iraque no final de 2016 até fevereiro de 2017, em um hospital de trauma na região sul de Mosul, onde a guerra está ativa.

Como foi sua experiência? Já tem viagem à vista? O que é ser MSF?

Todas as minhas experiências foram incríveis! O papel do farmacêutico nesses diferentes contextos é basicamente o de assegurar que materiais e medicamentos de qualidade cheguem a todos os pacientes, que não haja ruptura ou falhas no estoque do hospital, bem como organizar os pedidos mensais para reposição desse estoque. Além disso, é



▶ A farmacêutica e bioquímica Francelise Bridi Cavassin esteve cinco meses em Mosul, no Iraque, onde a guerra está ativa

nossa responsabilidade prover todo o suporte técnico, o que inclui treinamentos e visitas frequentes a todas as unidades com o objetivo de garantir o bom gerenciamento na distribuição e no correto uso de medicamentos e correlatos. Em todos os projetos que atuei foram muitas as experiências e histórias únicas vivenciadas. Com toda a certeza, todas elas me possibilitaram ser uma profissional melhor, ainda mais humana e tecnicamente competente. Viagem à vista somente no final do ano, durante minhas férias, já que sou docente de uma faculdade aqui em Curitiba. Por isso, minha disponibilidade agora fica para projetos de emergência com um período de permanência menor. Ser MSF é trabalhar com essa profissão linda que escolhi, com tanto amor no coração, e por essas pessoas que sofrem e vivem realidades tão extremas. Poder fazer parte de uma organização de ajuda humanitária me traz a feliz sensação de dever cumprido.

Que mensagem você gostaria de dar para quem sonha em participar, para quem é doador sem fronteiras, ou para sensibilizar quem pode ser doador sem fronteiras?

Todos podem contribuir com Médicos Sem Fronteiras de várias formas: com doações, com a divulgação do nosso trabalho, chamando atenção para as situações de crise humanitária em que atuamos e para a necessidade de o mundo destinar recursos para salvar a vida e aliviar o sofrimento das pessoas apinhadas nessas crises. Quem já é profissional e atende aos requisitos necessários e exigidos pela organização (ver no site www.msf.org.br >> Recrutamento) digo para tentar mesmo e não desistir, pois, assim como eu, às vezes não é da primeira vez que dá certo. Esse é, com certeza o trabalho mais lindo, digno e recompensador desse mundo.

Como você vê o trabalho dos MSF?

Essencial para toda a população que assistimos e desenvolvemos nossos projetos. A atuação de Médicos Sem Fronteiras é, acima de tudo, médica. A organização leva assistência e cuidados pre-

ventivos a quem necessita, independentemente do país onde se encontram. Em situações em que a atuação médica não é suficiente para garantir a sobrevivência de determinada população – como ocorre em casos de extrema urgência –, a organização pode fornecer água, alimentos, saneamento e abrigos. Esse tipo de ação se dá prioritariamente em períodos de crise, quando o equilíbrio anterior de uma situação é rompido e a vida das pessoas é ameaçada.

Os profissionais recebem alguma remuneração, comida ou local para dormir? Se recebe, quando em média?

Os profissionais que vão a campo são contratados pelo período que durar a sua participação no projeto. Nesse período, que pode ser de alguns meses a até mais de um ano, eles recebem uma remuneração mensal. Além dessa remuneração, recebem uma ajuda de custo para cobrir seus gastos pessoais. É importante ressaltar que essa remuneração, em geral, é menor do que a oferecida pelo mercado e que o montante não é o que motiva o trabalho com Médicos Sem Fronteiras e, sim, o desejo de trabalhar com causas humanitárias. É possível, inclusive, desenvolver uma carreira profissional em Médicos Sem Fronteiras, o que seria inviável se o trabalho não fosse remunerado.

Existe um núcleo responsável no Brasil para inscrição de interessados?

Sim, no Rio de Janeiro. Mas o processo de inscrição e recrutamento ocorre primeiramente via website: www.msf.org.br

Estudante é admitido nos trabalhos? Estudante de enfermagem, especialmente?

Não, somente profissionais formados e especializados, porque as equipes têm que se comprometer com um período fixo de trabalho diário, durante vários meses. Nós trabalhamos com pessoas em necessidade, em situações de crise, mas a qualidade da assistência médica que prestamos é a mais próxima possível da assistência que essas pessoas receberiam em situações normais. Essa é outra razão para buscarmos profissionais treinados e especializados.

IR SOLIDÁRIO VAI PARA A CASA DE APOIO À CRIANÇA CARENTE DE CONTAGEM



Bárbara Pexoto

Fabiano Furlan e Luiz Carlos Vargas

A Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem, que atende mais de 1.500 crianças carentes de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, recebeu mais de R\$ 66 mil da destinação do Imposto de Renda Solidário, campanha que a AMMP abraçou no começo deste ano, quando começaram os ajustes dos contribuintes junto à Receita Federal. A entrega da lista dos valores destinados que serão requeridos junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi entregue no dia 6 de julho, na unidade Eldorado, a primeira da organização.

A entrega foi feita pelo segundo diretor administrativo Fabiano Ferreira Furlan, responsável pelas ações solidárias da AMMP, aos coordenadores Luiz Carlos Vargas e Nelci Arndt, que agradeceram muito em nome das mais de 1.500 crianças que a Casa assiste,

fora os idosos e mães.

Fundada em 20 de julho de 1994, a Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem é uma sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico que atua nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e protagonismo juvenil. Atualmente, possui três unidades: Unidade de Acolhimento (Rua das Paineiras, 1448, Bairro Eldorado), Centro Educacional e Profissionalizante de Nova Contagem (Rua VL 6, 1880, Nova Contagem) e Centro Educacional Ipê Amarelo (Rua Jequitibás, 65, Ipê Amarelo, em Nova Contagem), em Contagem. Os terrenos das unidades, Acolhimento e Nova Contagem foram doados pela Prefeitura e a do Ipê Amarelo foi recebida em doação. Todas as construções foram realizadas em parcerias com missionários, um grupo de norte-americanos, sociedade civil e empresários.

CAMPANHA DE NATAL

Mais de 500 brinquedos foram entregues, em 16 de dezembro do ano passado, às crianças assistidas pela unidade Ipê Amarelo e das oficinas de balé, futebol, taekwondo e basquete, em Nova Contagem, uma das regiões mais carentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa foi a terceira campanha solidária da AMMP de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MOTIVA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO

AMMP-Saúde está engajado na campanha mundial lançada em abril

A Organização Mundial da Saúde (OMS) está desenvolvendo, neste ano, campanha sobre a depressão, transtorno que pode afetar pessoas de qualquer idade em qualquer etapa da vida, de qualquer classe social ou raça. A conscientização se

pretende junto aos profissionais da saúde e à população em geral.

Com o lema Let's talk ("Vamos conversar", em português), a iniciativa reforça que existem formas de prevenir a depressão e também de tratá-la, considerando que ela pode

levar a graves consequências. Entre 1990 e 2013, o número de pessoas sofrendo de depressão e ansiedade aumentou quase 50%, de 416 milhões para 615 milhões. A campanha foi lançada no Dia Mundial da Saúde, lembrado em 7 de abril.

Conversar abertamente sobre depressão é o primeiro passo para entender melhor o assunto e reduzir o estigma associado a ele.

A AMMP-Saúde está engajada nessa campanha, com informações e alerta em seu site (<http://www.ammpsaude.org.br/>).

PRINCIPAIS FATOS

A depressão é um transtorno mental frequente. Globalmente, estima-se que 350 milhões de pessoas de todas as idades sofrem com esse transtorno. Pode afetar pessoas de qualquer classe social e idade em qualquer etapa da vida. Mulheres são mais atingidas pela depressão do que homens.

Depressão é a principal causa de incapacidade em todo o mundo e contribui de forma muito importante para a carga global de doenças. Existem vários tratamentos eficazes para a doença.

A condição é diferente das flutuações usuais de humor e das respostas emocionais de curta duração aos desafios da vida cotidiana. Especialmente quando de longa duração e com intensidade moderada ou grave, a depressão pode se tornar uma séria condição de saúde.

Pode causar à pessoa afetada um grande sofrimento e disfunção no trabalho, na escola ou no meio familiar. Na pior das hipóteses, a depressão pode levar ao suicídio. Cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a

cada ano — sendo a segunda principal causa de morte entre pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Embora existam tratamentos eficazes conhecidos para depressão, menos da metade dos afetados no mundo (em muitos países, menos de 10%) recebe tais tratamentos. Os obstáculos ao tratamento eficaz incluem a falta de recursos, a falta de profissionais treinados e o estigma social associado aos transtornos mentais.

Outra barreira ao atendimento eficaz é a avaliação im-

precisa. Em países de todos os níveis de renda, pessoas com depressão frequentemente não são diagnosticadas corretamente e outras que não têm o transtorno são muitas vezes diagnosticadas de forma inadequada.

A carga da depressão e de outras condições de saúde mental está em ascensão no mundo. Uma resolução da Assembleia Mundial da Saúde aprovada em maio de 2013 exigiu uma resposta abrangente e coordenada aos transtornos mentais em nível nacional.

TIPOS E SINTOMAS

Um episódio depressivo pode ser categorizado como leve, moderado ou grave, a depender da intensidade dos sintomas. Um indivíduo com um episódio depressivo leve terá alguma dificuldade em continuar um trabalho simples e atividades sociais, mas provavelmente sem grande prejuízo no funciona-

mento global. Durante um episódio depressivo grave, é improvável que a pessoa afetada possa continuar com atividades sociais, de trabalho ou domésticas.

Uma distinção fundamental também é feita entre depressão em pessoas que têm ou não um histórico de episódios de mania. Ambos os tipos de depressão po-

dem ser crônicos, acontecendo durante um período prolongado de tempo, com recaídas, especialmente se não forem tratados.

O transtorno depressivo recorrente envolve repetidos episódios depressivos. Durante esses períodos, a pessoa experimenta um humor deprimido, perda de interesse e prazer e energia

reduzida, levando a uma diminuição das atividades em geral por pelo menos duas semanas.

Muitas pessoas com depressão também sofrem com sintomas como ansiedade, distúrbios do sono e de apetite e podem ter sentimentos de culpa ou baixa autoestima e falta de concentração.

DOENÇA É COMPLEXA

A depressão resulta de uma complexa interação de fatores sociais, psicológicos e biológicos. Pessoas que passaram por eventos adversos durante a vida (desemprego, luto, trauma psicológico) são mais propensas a desenvolver a doença. A depressão pode, por sua vez, levar a mais estresse e disfunção e piorar a situação de vida da pessoa afetada e o

transtorno em si.

Há relação entre a depressão e a saúde física; por exemplo, doenças cardiovasculares podem levar à depressão e vice e versa.

Está demonstrado que os programas de prevenção reduzem a incidência da depressão. Entre as estratégias comunitárias eficazes para prevenir essa condição, estão os programas escolares que promovem

um modelo de pensamento positivo entre crianças e adolescentes.

Intervenções direcionadas aos pais de crianças com problemas comportamentais podem reduzir os sintomas depressivos dos pais e melhorar os resultados de seus filhos. Os programas de exercício para pessoas idosas também podem ser eficazes para prevenir a depressão.

Já o transtorno afetivo bipolar consiste na alternância entre episódios de mania e depressivos, separados por períodos de humor normal. Episódios de mania envolvem humor exaltado ou irritado, excesso de atividades, pressão de fala, autoestima inflada e uma menor necessidade de sono, além da aceleração do pensamento.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

Existem tratamentos eficazes para depressão moderada e grave. Profissionais de saúde podem oferecer tratamentos psicológicos, como ativação comportamental, terapia cognitivo-comportamental e psicoterapia interpessoal ou medicamentos antidepressivos.

Os provedores de saúde devem ter em mente a possibilidade de efeitos adversos associados aos antidepressivos, a possibilidade de oferecer outro tipo de intervenção (por disponibilidade de conhecimentos técnicos ou do tratamento em questão) e preferências individuais. Entre os diferentes

tratamentos psicológicos a serem considerados estão os individuais ou em grupo, realizados por profissionais ou terapeutas leigos supervisionados.

Os tratamentos psicossociais também são efetivos para depressão leve. Os antidepressivos podem ser eficazes no caso de de-

pressão moderada-grave, mas esses medicamentos não são a primeira linha de tratamento para os casos mais brandos, não devem ser usados para tratar depressão em crianças e tampouco são a primeira linha de tratamento para adolescentes. É preciso utilizá-los com cautela.

QUATRO CONVÊNIOS SÃO CELEBRADOS

De 21 de junho da 20 de julho, foram firmados os serviços abaixo relacionados.

BELO HORIZONTE

Clínica RB EPP

Cirurgia Geral, Cardiologia, Endocrinologia, Fisioterapia, Pneumologia, Psicologia, Pediatria

Nutricionista e Anestesiologia

Rua Professor Estevão Pinto, 15, sala 1607; telefone (31) 3273-7489

IOOG Oftalmologia

Rua Uberaba, 415, Barro Preto; telefone: (31) 3295-2028

VARGINHA

Magneto Imagenologia Médica

Diagnóstico por Imagem

Alameda Olívio Bregalda, 595, Bairro Santa Luzia – Varginha; telefone (35) 3299-6350.

N COR Núcleo Cardiológico de Itajubá

Av. Bps, 4, Bairro Pinheirinho; telefone: (35) 3623-4057

CANCELAMENTOS

Não houve cancelamentos no período

COMUNICADO

CIA-Centro Integrado de Apoio

Unidade I

Rua Constantino Paleta, 134 – centro, Juiz de Fora; telefone (32) 3217-6498

UNIDADE II

Rua Constantino Paleta, 171, centro, Juiz de Fora

Atendimento ambulatorial nas especialidades

Acupuntura, Alergia e Imunologia, Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Vascular, Cirurgia Plástica, Clínica Médica, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia, Fisioterapia e RPG, Fonoaudiologia, Gastroenterologia, Gastroenterologia Pediátrica, Geriatria, Ginecologia e Obstetrícia, Hepatologia, Infectologia e Imunologia, Mastologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Neuropediatria, Nutricionista, Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psicologia, Psiquiatria, Reumatologia, Terapia Ocupacional e Urologia.



LUIZ CARLOS ABRITTA TOMA POSSE NA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DE PORTUGAL

O procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta, presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, tomou posse como membro correspondente internacional na Academia de Letras e Artes de Portugal no dia 21 de julho, em Monte Estoril, naquele país. Abritta foi admi-

tido como Correspondente Estrangeiro, na Classe de Letras, em 18 de abril.

A Academia de Letras e Artes, fundada em 1988, tem como objetivo o estudo e desenvolvimento das letras e artes, especialmente aquelas que se relacionam diretamente com a cultura portuguesa.

// ESTANTE

BERNARDO FRANCO LANÇA O LIVRO CYRO FRANCO - SEMPRE ALERTA!

O advogado Bernardo Franco Vianna lançou livro *Cyro Franco - Sempre alerta!* sobre a vida e obra de Cyro Franco, promotor de Justiça nomeado em 1939 para a Comarca de Januária, passando por Ituiutaba, Uberlândia e Belo Horizonte, até se aposen-

tar como procurador de Justiça em 1969. Cyro Franco, seu avô, foi também um dos idealizadores e presidente da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) e secretário de Estado de Interior e Justiça e Educação no Governo Israel Pinheiro. No Ministério Público, foi um baluarte na defesa da ampliação das competências das suas atribuições e das prerrogativas dos seus membros.

Trata-se de uma obra que reúne os principais lances de sua vida pessoal e profissional, com vasta coleção de documentos e fotografias. O livro tem o selo da Del Rey Editora. O prefácio foi feito pelo desembargador Humberto Theodoro Júnior.



FLORES DE TODAS AS CORES

Flores de todas as cores é o primeiro livro de poesias da promotora de Justiça Laís Silveira. Em sua estreia, pela editora Ramalhete, a belo-horizontina Laís viaja no tempo e com ele brinca, visitando sua história, descobrindo-se e se apresentando na leveza dos versos que destacam sobretudo o amor.

Em *Flores de todas as cores*, está esse convite:

“E certamente vai encontrar
Na volta, Amor de Luz
Amor que congrega
Corações eternamente ligados,
Colados.
Na delícia do verdadeiro encontro.”

MINISTÉRIO PÚBLICO: A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS ORGÂNICAS

Ministério Público: a Constituição e as Leis Orgânicas, de Wallace Paiva Martins Júnior, Editora Atlas. Passados mais de 25 anos da promulgação da Constituição de 1988, o perfil nela dispensado ao Ministério Público se arrola entre as contribuições relevantes na construção do Estado Democrático de Direito.

A instituição foi coroada com autonomia, permanência, essencialidade, unidade e indivisibilidade. Foi-lhe conferida a defesa da ordem jurídica, do regime

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, adornando seus membros, como agentes políticos que são, com garantias (independência funcional, vitaliciedade, irredutibilidade de remuneração, inamovibilidade) e restrições similares à Magistratura.

Esse livro visa avaliar o Ministério Público sob a ótica da Constituição de 1988 e enfocar sua disciplina infraconstitucional nas leis que o regulamentam – a Lei Complementar no 75/93 (Ministério Público da União) e a Lei no

8.625/93 (Ministério Público dos Estados) –, dimensionando o impacto da Emenda Constitucional no 45/04 nelas resultante – reeleitura compulsória à vista das mudanças implantadas que lhe foram diretamente aplicáveis, sobretudo, a criação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Wallace Paiva é procurador de Justiça e assessor da Sub-procuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Competência Originária do Ministério Público do Estado de São Paulo.



ATIVO NOS CONSELHOS, PROCURADOR DE JUSTIÇA SE SENTE EM CASA NA AMMP

O procurador de Justiça Fernando de Abreu Mendes, casado, quatro filhos, seis netos, duas noras e um genro, entrou no Ministério Público em 1979 junto à 3ª Auditoria da Justiça Militar, tendo sido aprovado em quarto lugar no concurso de ingresso na carreira. Foi também secretário do Tribunal de Justiça Militar. Com o advento da Lei 1822, de 1979, assumiu a 10ª Vara Criminal da Capital e depois a Vara de Execuções Penais. Anteriormente, foi integrante da Polícia Militar, onde chegou a capitão. Aposentou-se em 1990. É sempre ativo nos conselhos da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), onde se sente em casa. Seu *hobby* é a pescaria.

Bárbara Peixoto



Fernando de Abreu Mendes

Quem é?

Nasci em 1942 e sempre morei em Mateus Leme, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ali me casei, tive três filhos, uma filha, duas noras e um genro, quatro netas e dois netos. E me estabeleci. Mas sempre trabalhei em BH.

Quando ingressou no Ministério Público?

Entre em MP em 1979. Por ter sido secretário do TJ Militar, não tive dificuldade de adaptação na carreira ministerial.

Como foi sua vida profissional? Realizou-se?

Como acontece com todos, acho, a vida no MP foi cheia de altos e baixos: be-

las conquistas para a justiça junto a inesquecíveis decepções. Apesar de todos os esforços, nem todos os resultados foram favoráveis, mas eu sempre estava estimulado a seguir em frente. Na Justiça Militar, era um trabalho diferente,

A AMMP é uma entidade muito importante quer para manter a unidade do MP, quer na defesa de seus direitos e prerrogativas

porque havia um conselho de sentença, semelhante a um júri, onde eram julgados todos os militares por qualquer que fosse a in-

fração ou crime, até de desobediência. Fazíamos sustentação oral, inclusive.

Quando se aposentou? Como é sua vida de aposentado?

Aposentei-me em 9 de agosto de 1990, no mesmo dia em que fiz 48 anos de idade. Levo uma vida normal e pacata em Mateus Leme, com poucos exercícios, saúde regular, muita pescaria. Para minha satisfação, sou sempre convi-

dado para fazer parte de conselhos da AMMP e do Sicoob JUS MP. Desempenho o papel com alegria, procurando fazer o máximo para corresponder às expectativas. Frequento a AMMP ao menos uma vez por semana - já que resido no interior. Na Associação, reencontro os colegas e me sinto em casa.

Tem algum hobby?

Tenho. Pescaria. Viajo sempre para pescar. Temos uma turma de pescadores que, pelo menos uma vez por ano, vamos para o Rio Paraná, na Argentina, pescar dourado. Vamos também para o sítio, onde temos um rancho, às margens do Rio São Francisco, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

Qual era sua visão institucional antes e como é hoje?

Sempre tive a melhor expectativa sobre o Ministério Público, desde quando era policial militar. O que se manteve a vida inteira. Seus princípios constitucionais de proteção à sociedade me encantaram sempre. Infelizmente, falta ainda maior conhecimento de nosso trabalho por parte da sociedade, que não sabe que o MP atua na maioria das vezes provocado. As faculdades de Direito e Comunicação, principalmente, deveriam ensinar mais sobre o MP a seus alunos, penso.

Já utilizou algum serviço, convênio, festa, congresso ou imóvel da AMMP?

Uso o AMMP-Saúde, o melhor plano de saúde que se tem notícia, e participo de muitos eventos da Associação, onde me sinto em casa mesmo. Uma das boas novidades desta diretoria é o Chá dos Aposentados e Pensionistas, na primeira terça-feira de cada mês. É um momento de muita descontração e alegria entre os colegas.

Em sua opinião, qual é a importância da AMMP para seus membros?

A AMMP é uma entidade muito importante quer para manter a unidade do MP, quer na defesa de seus direitos e prerrogativas, reciclagem de seus associados e também na promoção de conagraçamentos da classe.

CONSELHO DIVULGA RETRATO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

Documento mostra atuação funcional dos MPs estaduais e dos quatro ramos do MPU

Fotos: Juliana Campêlo



O perfil do MP foi apresentado na 14ª Sessão Ordinária do CNMP



Sérgio Tonet, ao lado de Norma Angélica e diretores na 14ª sessão

A sexta edição da publicação “*Ministério Público: um retrato*” foi lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no dia 26 de julho, durante a 14ª Sessão Ordinária de 2017, em Brasília/DF.

O documento traz dados sobre a atuação funcional e administrativa dos MP estaduais e dos quatro ramos do Ministério Público da União (Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Fe-

deral e Territórios) – no ano passado, além de números sobre o próprio CNMP.

O presidente do Conselho, Rodrigo Janot, afirmou, na ocasião, que o CNMP dá um passo importante na consolidação e fidedignidade dos dados apresentados pelo Ministério Público brasileiro, entregando a toda a sociedade informações e estatísticas importantes quanto à atuação finalística e administrativa de todos

os ramos do MP, referentes ao ano de 2016.

Destacou ainda que “a publicação de informações e estatísticas que refletem confiavelmente o Ministério Público do presente, além de possibilitar maior controle social, reafirma o compromisso institucional com valores como ética, transparência, cooperação, independência e inovação. Esses valores fizeram com que a

sociedade brasileira confiasse ao MP a defesa de princípios tão caros aos brasileiros, consolidando de maneira indelével sua condição de agente transformador da realidade social, quer combatendo a corrupção e outros malfeitos, quer propondo um caminho de evolução social, vetorizados pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”.

NÚMEROS SÃO RELEVANTES

O Ministério Público brasileiro instaurou, no ano passado, 46.657 inquéritos civis públicos e procedimentos preparatórios para apurar irregularidades relativas à improbidade administrativa, 13,1% a mais do que em 2015, quando foram registrados 41.241.

O relatório mostra que o

MP instaurou 23.139 novos procedimentos investigatórios criminais.

Outro dado relevante se refere ao número de inquéritos policiais recebidos em 2016: 7.129.455. Desse total, 1.906.063, ou 26,7%, são relativos a crimes contra o patrimônio, como furto, roubo ou extorsão. Ainda quanto

aos inquéritos recebidos, 360.300 se referem a crimes contra a vida e 395.391 à violência doméstica contra a mulher. Ressalta-se que a quantidade de inquéritos policiais movimentados ao MP considera também aqueles que transitaram no órgão mais de uma vez.

A pesquisa mostra que,

o MP ofereceu 820.485 denúncias e promoveu 703.126 arquivamentos em inquéritos policiais. Foram 22.800 recomendações em inquéritos civis, procedimentos preparatórios e procedimentos administrativos. O número é 19,6% maior que em 2015, quando foram 19.059 recomendações.

MAIS DESTAQUES

Processos autuados na Corregedoria Nacional do CNMP	= 535
Solicitações recebidas (sugestão, elogio, crítica, reclamação e pedido de informação) na Ouvidoria Nacional do CNMP	= 1.891
Cargos de membros providos do MP brasileiro ..	= 13.087
Cargos de servidores providos do MP brasileiro ..	= 36.457
Procedimentos investigativos criminais (PIC) instaurados:	23.139

INQUÉRITOS CIVIS PÚBLICOS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS

Geral:	277.481
Improbidade administrativa:	46.657
Educação:	11.599
Patrimônio público:	21.812
Meio ambiente:	32.970
Saúde:	25.830
Inquéritos policiais recebidos	= 7.129.455

(indica os inquéritos movimentados ao MP, ainda que mais de uma vez).

CINCO PRINCIPAIS ASSUNTOS PROCESSUAIS DOS INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS

(um processo pode possuir mais de um assunto processual)

Crimes contra o patrimônio:	1.906.063
Lesão corporal:	653.781
Crimes contra a liberdade pessoal:	465.749
Violência doméstica contra a mulher:	395.391
Crimes contra a vida:	360.300
Denúncias em inquéritos policiais:	820.485
Arquivamentos em inquéritos policiais:	703.126
Processos de apuração de atos infracionais recebidos	= 1.267.717

(o MPU não preenche essa informação, com exceção do MPDFT)

PERCENTUAL DE PROCESSOS DE APURAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS RECEBIDOS

De lesão corporal	= 3,6%
Contra o patrimônio público	= 22,4%
Transações penais oferecidas em termos circunstanciados e em inquéritos policiais:	214.885

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO RECEBIDOS

Geral	= 3.243.846
Crimes de Trânsito	= 359.690
Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas ..	= 339.273
Lesão corporal	= 321.358
Processos criminais recebidos	= 4.382.933
Processos criminais devolvidos	= 4.366.507
Recomendações em inquéritos civis, procedimentos preparatórios e procedimento administrativo, área extrajudicial: ..	22.800

PERCENTUAL DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELAS UNIDADES DO MP E PELOS RAMOS DO MPU

Geral	= 89,78%
-------------	----------

das informações solicitadas foram prestadas.

Em relação à edição anterior =

Em 2015, 84,88% das informações solicitadas foram prestadas,

ou seja,

em 2016 houve um incremento de 4,9% no total de informações enviadas.



SE VOCÊ PENSA QUE NÃO PRECISA DE SEGURO, ESTÁ ENGANADO.

PENSE NOVAMENTE E FAÇA UM JUSTVIDA!

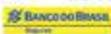
Quem é jovem também está sujeito aos imprevistos que a vida oferece. Para estar preparado, só fazendo um JustVida. Ele é um Seguro de Vida exclusivo, recomendado pela AMMP porque oferece excelentes coberturas e um preço imbatível. Pense bem, ligue para a Siena Corretora de Seguros e faça o seu JustVida.

Para fazer o seu JustVida ligue: **0800 771 1231**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO SEGURADOR








CREDITORA DE SEGUROS

ATLETA DA AMMP VAI PARTICIPAR DE MARATONA EM BERLIM

Tatagiba, que já participou de corridas em Salvador, Buenos Aires e Santiago, elogia os serviços oferecidos pela Associação nos locais das provas em Belo Horizonte.

A corrida de rua é considerada a atividade física mais democrática que existe. Com um par de tênis, pode ser praticada a qualquer hora, em qualquer lugar. Cada atleta impõe seu ritmo, seu tempo. Toda essa simplicidade, no entanto, não significa que a corrida seja um esporte qualquer. A medicina já comprovou os benefícios da corrida como atividade aeróbica. Ela melhora as funções cardíacas, respiratórias, melhora absorção de oxigênio e reduz a pressão arterial. Isso tudo, além dos benefícios psicológicos como contribuição no tratamento da depressão, melhora da autoestima e dos níveis de concentração.

Hoje, é uma febre em todo país. Provas com os mais variados percursos e distâncias são realizadas todos os finais de semana. Os mais comuns são os trajetos de 5 e de 10 quilômetros, além das meias maratonas, com 21 km, e as maratonas, com 42.

É fácil gostar de correr. O promotor de Justiça Glauber Tatagiba começou assim. Agora ele se prepara para participar da primeira maratona. A relação dele com o esporte começou em 2009. "Apenas esquentava na esteira pra malhar, que era obrigado por causa de problemas de saúde, pressão alta, etc. Com o tempo, fui pegando gosto e me inscrevi nas provas de 10 km. De de lá pra cá, não parei mais", conta Tatagiba.

Hoje, a corrida faz parte de sua rotina. Como ele mesmo



▲ A barraca da AMMP oferece infraestrutura a seus atletas



▲ Ambiente agradável e acolhedor

diz, é como escovar os dentes ou tomar banho. Nesses oito anos, foram muitos quilômetros percorridos, literalmente. Além dos percursos das provas, Glauber já participou de eventos em Salvador, Buenos Aires e Santiago. E a maratona, para a qual se prepara, será em Berlim, na Alemanha, informa.

Sempre que corre em BH, Tatagiba faz questão de frequentar a barraca de apoio da AMMP. "Acho perfeita, suprimindo todas as necessi-



▲ Tatagiba, agora maratonista

dades do corredor, inclusive com fisioterapeutas. (...) Pena que muitos associados não dão valor e sequer aparecem na nossa barraca", destaca.

MUITO INTERESSANTE

A promotora de Justiça Ana Gabriela Brito Melo Rocha, de Três Pontas, estreou o serviço na Meia Maratona Internacional de Belo Horizonte, realizada em 4 de junho. "Estrutura extraordinária, profissionais cordiais, ambiente agradável e acolhedor", avaliou Ana Gabriela que prometeu voltar para outras corridas e também usufruir da academia de ginástica, quando vier visitar sua família em BH. "Muito interessante", arrematou.

Participe dos eventos de Esportes da AMMP. Além da corrida de rua, são realizados torneios de tênis, Kart, futebol, truco e outras atividades de esporte e saúde. Acompanhe as novidades pelo Facebook (Esportes AMMP), cadastrando seu e-mail (esportes@ammp.org.br) e pelo telefone (31) 2105-4872.



▲ Ana Gabriela Brito Melo Rocha gostou muito e pretende voltar